



Usos do relato histórico pelo poder régio em
Castela e Leão (1252-1284)

Usage of historical chronicles by the monarchy in
Castile and León (1252-1284)

SOUZA JUNIOR, Almir Marques de¹

Resumo: A proposta deste artigo é discutir a relação existente entre as obras de cunho histórico e os fundamentos ideológicos da monarquia medieval castelhana no século XIII. Para tanto, cabe aqui ressaltar que, durante este período, o poder régio dedicou-se a produzir uma série de documentos em língua vulgar, sendo o próprio vernáculo adotado como idioma oficial dos tratados políticos desta época. Dentre esta produção documental, destacamos as obras de cunho histórico, que, juntamente com as demais produções escritas patrocinadas pela autoridade monárquica, veicularam uma série de enunciados discursivos sobre a própria instituição régia e sobre os detentores da dignidade real castelhano-leonesa. Caberia ao historiador refletir sobre os objetivos de tais ideias, bem como quais seriam as bases que sustentavam estas construções dentro da sociedade.

1. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro. E-mail: almirjr@castelobranco.br

Palavras-chave: História; Legitimidade; Península Ibérica; Poder.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the relationship between the historical chronicles and the ideological foundations of medieval Castilian monarchy in the 13th century. It is appropriate to point out that during that period the monarchy was dedicated to produce a series of documents in the vernacular, and the vernacular itself was adopted as the official language of political treaties at the time. Within this production we highlight the royal chronicles, which, among other written works sponsored by the monarchical authority, disseminated a series of discursive statements about the monarchy itself and the holders of royal titles in Castile and Leon. It behooves the historian to ponder the objectives of such ideals, as well as what would be the foundations to support these constructions within society.

Keywords: History; Legitimacy; Iberian Peninsula; Power.

Para a historiadora Inés Fernandez Ordóñez, quando o rei de Castela e Leão, Afonso X, foi alçado à condição de monarca em 1252, ele teria herdado não apenas os direitos senhoriais sobre um território, mas também toda uma herança de construções simbólicas e ideológicas sobre as quais se apoiava um projeto político (ORDÓÑEZ, 2002-2003, p. 93). Tal projeto teria como uma de suas bases a produção textual de caráter histórico, iniciada no reinado anterior, mas só plenamente consolidada durante o governo Afonsino.

De fato, durante os reinados de Afonso X e de seu predecessor, Fernando III (1217-1252), houve um considerável aumento de interesse com relação à produção de obras de cunho histórico. Só o governo de Fernando III produziu três obras de dimensões expressivas. São elas: a *Chronica latina regum Castellae* (BREA, 1997, p. 7-118), atribuída ao chanceler pessoal do rei, Juan de Osma; o *Chronicon Mundi* (REY, 2003) do bispo Lucas da cidade de Tuy (1230-1239); e a *Historia Gothica sive Historia de rebus Hispanie*, de Rodrigo Jiménez de Rada (VALVERDE, 1989), arcebispo da cidade de Toledo.

O reinado de Afonso X, por sua vez, não produziu um número tão vasto de obras, contando “apenas” duas: a *Estoria de España* (MENÉNDEZ PIDAL, 1955)² e a *General Estória*, ambas escritas a mando do soberano. Ainda assim, se colocarmos estes escritos em uma perspectiva comparada, percebemos que as diferenças entre as obras produzidas nos dois reinados são verdadeiramente marcantes e nos dizem muito a respeito do contexto político no qual foram concebidas.

Um dos traços principais das crônicas afonsinas encontra-se no próprio idioma de sua escrita. Enquanto que até a primeira metade do século XIII as crônicas eram escritas em latim, a *Estoria de España* e a *General Estória* foram em castelhano. Para compreender esta mudança, é preciso levar em conta, primeiramente, o papel que este tipo de texto desempenhava na sociedade, bem como as mudanças sofridas na função que tais registros possuíam naquele contexto histórico. Ordóñez sustenta a hipótese de que os documentos, destinados a uma leitura pública, teriam sido elaborados preferencialmente utilizando o idioma vulgar, enquanto que os demais textos nos quais a leitura era feita preferencialmente de forma privada ou silenciosa, por um grupo seletivo de pessoas, seguiram fazendo uso do latim (ORDÓÑEZ, 2002-2003, p. 2).

2. Obra publicada sob o título de “Primera Crónica General de España”.

A mudança na escrita do texto expressava também uma mudança no tipo de leitor almejado pelas crônicas. Ordóñez nos lembra que aquelas que foram escritas em latim objetivavam servir como modelo de comportamento e conduta para os chefes de estado, agindo de modo semelhante aos *Espelhos de Príncipes* (ou *Speculum Principis*). Tratavam-se de obras dedicadas à leituras privadas, preferencialmente feitas pelo próprio monarca, nas quais os feitos do passado serviriam para instruir as ações dos próximos soberanos. Já os relatos históricos afonsinos tinham em mente outros leitores além dos próprios soberanos. O poder central, à partir do reinado de Afonso X, passou a manifestar significativa atenção para que os documentos produzidos pela cúria régia tivessem amplo alcance em meio a população. Para isso, a utilização da língua vernácula em detrimento do latim mostrou-se uma iniciativa primordial. Com a adoção desta medida, a leitura das obras (em especial as leis e as histórias) não se restringia apenas a um seleto grupo de eruditos, ficando disponíveis àqueles que tinham algum grau de conhecimento das letras.

O relato histórico e o novo idioma de escrita da história

O uso do idioma “vulgar” também possuía uma aplicabilidade prática, na medida em que o latim ia se tornando uma língua cada vez mais restrita ao clero e à intelectualidade. Além deste ter se tornado um idioma falado por poucos no século XIII, o uso da língua castelhana em seu lugar tornava mais fácil a própria comunicação entre as diversas partes do reino, sem mencionar no auxílio imediato à administração pública.

A preocupação em fazer com que os homens compreendessem as leis ficou marcada também nas obras legislativas. Quando *Fuero Real*, uma das primeiras obras legislativas compiladas no Reinado de Afonso X, afirma que “la ley debe seer manifesta que todo ome pueda entender, e que ninguno non sea engañado por ella”³, podemos perceber aí a preocupação do discurso régio em viabilizar que a lei pudesse ser do conhecimento de todos os homens, evitando com isso infrações pontuais que por ventura pudessem ser fruto do desconhecimento da norma.

Todo saber esquiva a no saber. Ca escripto es, que aquel que no quiso entender, no quiso bien facer, è por ende establecemos, que ninguno non piense de mal facer: por que diga que non sabe las leyes, ni el derecho: ca si ficiere contra ley, no se puede escusar del a culpa que ficiere por non saber la ley.⁴

Mesmo os monarcas castelhanos estando preocupados em atingir a uma grande audiência com o uso do idioma local, devemos considerar que tal estratégia servia ainda como um forte veículo de propaganda. Sobre esta questão, Evelyn Procter indicava que o vernáculo possibilitava uma maior difusão da ideologia régia, fomentando sentimentos de identificação entre o texto e seu interlocutor (PROCTER, 1951, p. 47).

O campo de ação e veiculação destes elementos ideológicos era vasto e não se

3. A lei deve se manifestar para que todo homem possa compreendê-la, e que nenhum seja enganado por ela. (*Fuero Real*. Livro. I. Título VI. Lei II. Tradução livre).

4. Todo conhecimento afasta a ignorância. Aqui está escrito que, aquele que não procurou compreender, também não quis fazer o bem, e por fim estabelecemos que ninguém pense que irá fazer o mal dizendo que não conhece as leis ou o direito, pois se [alguém] atentar contra a lei, não poderá se eximir da culpa pelo que fez com o argumento de não saber as leis. (*Fuero Real*. Livro. I. Título VI. Lei IV. Tradução livre).

limitava unicamente à lei. A história e os registros do passado, de forma geral, podiam servir ao mesmo propósito. Com o auxílio destes documentos, buscava-se construir uma memória social na qual era reforçada a imagem de uma realeza soberana que pretensamente conseguia sustentar seu poder e sua proeminência perante as forças locais. Neste sentido, as crônicas régias possuem papel determinante na edificação destes ideais.

Ao relatar nas páginas das crônicas a história do reino, o poder régio projetava sobre o passado as expectativas e anseios que alimentava no presente. Tomemos como exemplo o relato conhecido hoje como *Primera Crónica General de España* ou *Estoria de Espanna*. Redigido entre os reinados de Afonso X e Sancho IV, esta obra detém-se, majoritariamente, nas ações perpetradas pelas cabeças coroadas que já haviam vivido em território hispânico, desde a época da dominação romana até o século XIII.

No caso afonsino, mesmo que a crônica não tenha retratado o reinado do próprio Afonso X, é possível nos valermos de sua narrativa para perceber as atitudes que o rei tentava inscrever no imaginário da população de seu tempo. Em uma conjuntura marcada por sucessivos episódios em que o poder central teve sua autoridade posta em cheque pelas aristocracias senhoriais – tal como foi o governo de Afonso X – é possível identificar nos relatos de cunho histórico episódios nos quais a soberania da realeza tenta se projetar por sobre as forças dissidentes do reino. Um destes momentos é constituído pelas cerimônias em que os reis aparecem exercendo a justiça e punindo os “insurgentes e criminosos” do reino, frequentemente apresentados como nobres que ameaçavam a população camponesa.

Consideremos, como exemplo da questão acima levantada, observar o momento em que a *Estoria de Espanna* ou *Crónica General de España* relata a intervenção régia em um senhorio onde o senhor daquelas terras havia roubado a herança de um de seus camponeses:

Vn inffançon que moraua em Gallizia, et auie nombre don Fernando, tollio por fuerça a um laurador su heradat; et el laurador fuesse querellar all emperador, que era em Toledo, de la fuerça quel fazie aquel inffançon. (...) Ell inffançon, como era omne muy poderoso, quando uio la carta dell emperador, fue muy sannudo, et começo de menazar al laurador, et dixo que matarie, et non le quiso fazer derecho ninguno. Quando el laurador vio que derecho ninguno non podie auer dell inffançon, tornosse al emperador a Toledo (...). Et ell emperador pues que sopo todo el fecho, fizo sus firmas sobrello, et llamo omnes buenos del logar, et fue com ellos, et parosse a la puerta dell inffançon et mandol llamar et dezir que saliesse all emperador quell llamava. Quando ell inffançon aquello oyo, ouo muy grand miedo de muerte, et começo de foyr; mas fue logo preso, et aduxieronle antell emperador. Et ell emperador razono todo el fecho ante los omnes buenos (...) Et ell inffançon nin contradixo respuso contra ello ninguna cosa, et ell emperador mandol luego enforçar de la su puerta misma.⁵

5. Um nobre que morava na Galiza e que havia por nome Fernando tomou pela força de um lavrado a sua herança. O lavrador foi querelar ao imperador [da Espanha] que estava em Toledo, da força que sofreu de tal nobre [...] o nobre, como era homem muito poderoso, quando viu a carta do imperador, foi muito irado e começou a ameaçar o lavrador, e disse que o mataria, e que não lhe iria fazer direito algum. Quando o lavrador viu que justiça alguma partiria do nobre, voltou ao imperado em Toledo [...] e o imperador quando soube de todo o feito colocou sua assinatura sobre ele, e fez vir homens bons de outros lugares, e foi com eles até as terras do nobre, e manou-o chamar e sair [da sua casa] para ficar diante do imperador que o chamava. Quando o nobre aquilo viu, teve muito medo da morte e começou a fugir, mas foi logo preso e

As motivações que justificam a elaboração detalhada desta parte do relato em pleno fim do século XIII não são difíceis de perceber. A audiência em que o camponês foi recebido pelo monarca (uma das poucas ocasiões narradas no documento em que um homem humilde se dirige diretamente ao rei) cumpria uma dupla função. Em primeiro lugar, ela concedia maior pessoalidade a um sistema de relações cada vez mais institucionalizado, que tendia a alargar ainda mais as distâncias entre o governante e seus súditos mais humildes. Em segundo lugar, a passagem continha a mensagem de que o poder dos nobres não estava acima da autoridade monárquica. No relato, o nobre que desrespeitara os direitos do homem do campo e não atendera a ordem de cessar as hostilidades foi punido exemplarmente pelo rei, recebendo uma das penas mais indignas, que era o enforcamento.

A ideia de Reconquista

Não era apenas a ideia de um combate por uma causa justa que servia como força a impulsionar os reis hispânicos e seus exércitos de guerreiros para marcharem em direção aos territórios islâmicos do sul peninsular. Havia também outro sentimento que, desde o século IX – portanto antes de qualquer ideal de cruzada –, havia servido de motivação para as lutas e a expansão da cristandade ibérica. A ideia de uma reconquista dos territórios perdidos para o islã.

Outros estudos apontam que a própria noção de uma retomada territorial cristã era na verdade fruto de um discurso historicamente enraizado no imaginário hispânico. Primeiramente, observaremos como se consolidou tal enunciado, para então averiguaremos as novas proposições que se divisam acerca deste problema. Este imaginário da reconquista, que procurava evocar um passado longínquo, chegou ao século XIII com grande força e influência sobre os espíritos de seus contemporâneos. Tanto castelhanos quanto leoneses proclamavam-se herdeiros não só da tradição asturiana, mas da cultura cristã-visigótica como um todo.

Na *Primera Crónica General* vemos como esta forma de perceber a realidade se encontrava profundamente enraizada nas formas de pensar e de sentir. Segundo a crônica, no momento da conquista peninsular do século VIII, o poder dos “mourros” que vieram da África era tão grande que “conquistaram toda a terra e a devastaram, e a colocaram sob seu senhorio, e daí em diante foi o reino dos godos e suevos destruído arrasado por grande tempo” (*Primera Crónica General*. vol.I. Cap. 560. p. 322).

Vislumbra-se nesse momento, o argumento que os cronistas utilizam para justificar a empreitada militar. Com base em tal retrospectiva, a vingança contra aquela injúria não caberia apenas aos “espanhóis”, mas tratava-se de uma vendeta que envolvia toda a cristandade latina. Relata-se que, para as batalhas, afluíram não só cavaleiros especializados no combate armado, mas também homens de toda sorte, como peões e cidadãos – de modo similar a uma romaria – visando obter o perdão dos pecados e a reparação de seus erros perante Deus.

trouxeram-lhe diante do imperador. E o imperador ponderou tudo que foi feito perante os homens bons [...] e o nobre não contradisse ou respondeu contra ele coisa alguma e o imperador mandou logo enforca-lo em sua porta mesmo. (*Primera Crónica General de Espana*. vol. 2. cap. 980. p. 660).

Cuenta ell arçobispo don Rodrigo de como uinieron a esta batalla de Hubeda yentes de muchos regnos [...] empos esto, ouo otrissi el rey don Affonso [VIII] su fabla com las yentes vltromontanas, que eran los françeses et los de Leon de sobre Rodano, et los otros de allent esse ryo Rodano, et los de Italia, los de Lombradia, los de Alemanna, et predicoles em razon de la elesia de Cristo e de la cristandad.⁶

Munidos dos ideais de Reconquista e de Cruzada, os reis de Castela começaram a projetar sobre si, em pleno século XIII, uma aura que procurava lhes conceder uma inigualável proeminência em relação aos demais monarcas cristãos. Eles se representavam como reis cruzados, que vinham empreendendo uma guerra santa por séculos na fronteira ocidental contra os supostos inimigos da fé cristã.

O mito da reconquista como elemento unificador

As crônicas e as obras jurídicas do período de Afonso X não serviram apenas para marcar a eminência do monarca perante os demais segmentos da sociedade senhorial. Elas também apoiaram as pretensões territoriais dos soberanos de Castela e Leão, construindo um valioso mito de origem de cunho histórico que também projetava o reino e a instituição régia para um patamar de superioridade perante os demais poderes peninsulares.

Este mito utilizava como elemento principal a questão do conflito com os estados islâmicos do sul da Península Ibérica, apresentando os cristãos – e mais precisamente os reis de Castela e Leão – como legítimos proprietários das terras ocupadas pelas *taifas*. Até os dias atuais, a história do embate entre cristãos e muçulmanos em terras hispânicas, durante o medievo, é lembrada pelo nome de Reconquista da Península Ibérica. Mesmo hoje, é comum utilizar-se o termo “reconquista” para fazer menção à expansão territorial empreendida pelos reinos cristãos entre os séculos VIII e XV. Uma parcela considerável da historiografia de nossos dias, aí incluídas as obras de vários medievalistas espanhóis, tais como Sánchez-Albornoz (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1972), José Angel Garcia de Cortázar (GARCIA DE CORTÁZAR, 1999) e Emilio Mitre (MITRE, s/d), ainda imprimem em seus trabalhos esta expressão.

Já que se trata de um mito relativamente conhecido, passamos então a delimitar quais seriam as nuances que compunham a maior parte dos seus elementos discursivos. Segundo o mesmo, ainda no século VIII, após a primeira invasão da península pelas tropas muçulmanas vindas do Marrocos, um homem chamado Pelayo, supostamente um dos sobreviventes da antiga nobreza visigótica, teria sido o responsável por liderar a primeira empreitada militar bem-sucedida de resistência contra os invasores, retomando pequenas porções do seu antigo território.

A *Primera Crónica General*, reforçando o mito, afirma que Pelayo seria membro direto da antiga família real visigoda, sendo supostamente bisneto do rei Recesvinto (653-672). O pai de Pelayo teria sido vítima das conspirações e intrigas que cercavam

6. Conta o arcebispo dom Rodrigo como vieram a esta batalha de Hubeda gentes de muitos reinos[...] após isso, houve então a fala do rei dom Afonso [VIII] com as gentes ultramontanas, que eram os franceses, e o os de Leão sobre o Ródano, e os outros de além deste rio Ródano, e os de Itália, os da Lombardia, os da Alemanha, e pregou a eles em favor da Igreja de Cristo e da cristandade. (*Primera Crónica General*. vol II. Cap.1013. p. 692- 693. Tradução Livre).

a nobreza do antigo reino, e teve sua morte supostamente encomendada pelo rei Vítiza (702-710). Em função destes eventos, Pelayo teria se refugiado na Cordilheira Cantábrica, permanecendo no reino das Astúrias até o momento da invasão islâmica. Após a queda do reino visigodo de Toledo, por volta do ano 722 da era cristã, e do estabelecimento do Emirado de Córdoba, Pelayo e um grupo de guerreiros aliados teriam enfrentado as tropas muçulmanas na garganta de um vale, próximo à vila de Covadonga, onde teriam obtido uma importante vitória.

A vitória na Batalha de Covadonga foi tratada como ponto de partida para o início do processo de Reconquista da Península Ibérica. Contudo, os trabalhos de Abílio Barbero e Marcelo Vigil (BARBERO; VIGIL, 1978) trouxeram uma diferente perspectiva acerca deste antigo paradigma historiográfico. Ambos os autores procuraram empreender uma análise das orientações ideológicas deste relato, chegando à conclusão de que a sequência dos eventos narrados constituía, a rigor, uma construção retórica de cunho historiográfico elaborada a partir do século IX, num momento bem posterior à chegada dos Muçulmanos à península.

Naquele momento, o núcleo de poder das Astúrias, que pouco contato mantivera com a população visigótica, passava por um processo de afirmação e consolidação da sua jovem instituição monárquica. Em função disso, Barbero e Vigil demonstram como houve, de forma intencional, uma tentativa de fazer entroncar a origem do reino das Astúrias na história do reino visigodo, criando com isso uma ilusão, para os homens do século IX, de uma suposta continuidade dinástica. Tal vinculação passava por uma apresentação dos monarcas asturianos como descendentes dos antigos reis visigodos, tal como foi o caso de Pelayo. Graças a este mito de continuidade do antigo reino germânico, o reino de Astúrias e os subsequentes domínios que se desenvolveram em seu interior – os quais posteriormente acabaram por se configurar em Estados específicos, tais como Leão e Castela – reproduziram tal mito, apresentando-o como parte de sua própria história. Assim, tanto Castela quanto Leão se apresentavam como legítimos continuadores deste mítico processo de reconquista havia muito iniciado.

Este imaginário da reconquista, que procurava evocar um passado longínquo, chegou ao século XIII com grande força e influência sobre os espíritos de seus contemporâneos. Tanto a monarquia castelhana quanto a leonesa proclamavam-se herdeiras não só da tradição asturiana, mas da cultura cristã-visigótica como um todo. Na *Primera Crónica General*, vemos como esta forma de perceber a realidade se encontrava profundamente enraizada nas maneiras de pensar e de sentir. Segundo ela, no momento da conquista peninsular do século VIII, o poder dos “mouros” que vieram da África era tão grande que “conquistaram toda a terra e a devastaram, e a colocaram sob seu senhorio, e daí em diante foi o reino dos godos e suevos destruído e arrasado por grande tempo” (*Primera Crónica General*. volume II. Cap. 560. p.322. Tradução nossa).

A crônica faz uma menção clara ao ano de 1085, apontando que teria sido a data em que supostamente o reino dos godos teria sido restaurado. A referência a esta data é uma menção direta ao momento da conquista da antiga capital visigótica, Toledo, tomada por Afonso VI no referido ano. O evento é apresentado como se os homens que recuperaram Toledo no século XI fossem os mesmos que a haviam perdido mais de três centúrias antes.

O encadeamento destes fatos parece apontar para a concepção de uma história linear dos reinos de Castela e Leão. Iniciada com o reino visigodo, passaria pela conquista de sua antiga capital no século XI, chegando até a unificação definitiva dos reinos no século XIII, período em que supostamente teria havido uma consolidação da autoridade castelhana no âmbito do território peninsular. Seria o caso de se perceber como tal ideia serviu para impulsionar as subsequentes guerras entre cristãos e muçulmanos naquela região. Para tanto, basta evidenciar que o resgate daquele suposto passado visigótico não remetia apenas a um tempo histórico longínquo para os castelhanos e leoneses do século XIII. O passado que era recuperado por meio das crônicas régias referia-se a um “tempo de guerras”, em que se travavam lutas para preservar o território (quando remetia aos tempos de Afonso III), bem como para preservar e/ou expandir a fé de Cristo.

Mais do que tudo, tratava-se de um tempo distante em que os ancestrais dos “espanhóis” do século XIII já lutavam contra seus inimigos de fé, aqueles que eram considerados como conquistadores do antigo reino de Toledo. A luta de reconquista, ainda que fosse uma construção ideológica, serviu como um dos principais fatores que impulsionaram as tropas cristãs hispânicas na guerra contra os reinos islâmicos do sul peninsular. Em pleno século XII, as noções de reconquista passaram a ser associadas à noção de uma cruzada na Península Ibérica, aumentando, assim, a carga simbólica que revestia os conflitos contra as *taifas* muçulmanas.

As crônicas afonsinas, em especial a *Primera Crónica General de España*, recuperam este mito da continuidade visigótica e da legítima retomada dos territórios hispânicos das mãos dos islâmicos. Evidentemente, os oficiais régios dão significativa atenção a esta questão como o intuito de legitimar não só o processo expansionista perpetrado pelo antecessor de Afonso, mas também buscam embasar as próprias pretensões que o reino de Castela possuía sobre os demais territórios peninsulares que ainda não estavam sobre o seu domínio. Afinal, se os reis castelhanos são a continuação da monarquia que outrora havia dominado toda a Península Ibérica, nada mais legítimo e justo do que o pleito, pelos descendentes desta “antiga linhagem”, da “reafirmação” da hegemonia de poder de seus soberanos sobre todo aquele território.

O argumento que os cronistas utilizam para justificar a empreitada militar era de que a vingança contra a injúria de ter perdido o reino cristão visigodo não caberia apenas aos “espanhóis”, mas tratava-se de uma vendeta que envolvia toda a cristandade latina.

Amigos, todos nos somos espannoles, et entraronnos los moros la tierra por fuerça et conquerieronnosla, et em poco estendieron los cristianos que a essa sazón eran, que non fueron derrygados et echados della; et esos pocos que fincaro de nos em las montañas, tornaron sobre si, et matando ellos de nuestros enemigos et muriendo dellos [...] et pues que aqui sodes, que me ayudedes a tomar uengança et emienda del mal que e tomado yo et la cristandad.⁷

Munidos dos ideais de Reconquista e de Cruzada, os reis de Castela começaram

7. Amigos, todos nós somos espanhóis e os mouros entraram em nossa terra por força e a conquistaram, e em pouco [tempo] desbarataram os cristãos que ali estavam e que não foram desenraizados e expulsos de lá; e estes poucos de nós que permaneceram nas montanhas, voltaram-se sobre eles [seus algozes] e os mataram, bem como também foram mortos por eles [...] e já que aqui estamos, que ajudem a tomar vingança e emenda do mal que tomou a cristandade. (*Primera Crónica General*. Volume II. p. 693. c.1013. tradução livre).

a projetar sobre si, em pleno século XIII, uma aura que procurava conceder-lhes uma inigualável proeminência em relação aos demais monarcas cristãos. Esta associação da realeza com a guerra de cruzada procurava estabelecer uma íntima relação com os preceitos básicos da função régia que eram a proteção do reino e a propagação da fé cristã. Ao apresentar a atividade militar de conquista dos territórios muçulmanos como parte do programa de expansão da cristandade, o discurso régio procurava reforçar o mito da reconquista, vinculando-o à cruzada contra os supostos “inimigos da fé cristã”. Ao veicular estas ideias, abria-se a possibilidade de se criar um elemento de integração que pudesse, enfim, unir as populações dos reinos de Castela e Leão em consonância com um ideal comum. Estas lutas contra os reinos muçulmanos eram apresentadas no relato como momentos em que se produzia uma reparação de um mal perpetrado contra a população cristã hispânica e contra a cristandade como um todo.

Et tiene muy a coraçon el danno et el quebranto que el et la cristandad auien recebido em la batalla [...] porque assi como fuera grand ademas la soberuia et el quebranto et la desonra que el [el rey] ali tomara, que assi touiesse el guisado de tomar grant emenda de los enemigos renegados de la cruz quel a ell esto fizieran et loando a Dios et a su merçed, assi le cumplio.⁸

A produção do discurso acerca da monarquia guerreira – essencial à construção da ideologia régia – não supõe uma atitude unilateral ou mesmo uma imposição dos monarcas aos seus súditos. Precisamos lembrar que o poder desses reis não derivava apenas do controle ou da utilização de certos instrumentos de coerção ou de regulação social. Manifestava-se, dialeticamente, uma demanda por determinadas atitudes que partia dos súditos, expectativas nutridas em relação a esse ícone da autoridade que precisavam ser respeitadas.

O passado como arquétipo para a teoria política afonsina

Vimos, até aqui, a construção de mais um paradigma para a monarquia castelhana do século XIII que tinha na sabedoria (e em toda a extensão desta virtude) a sua principal expressão. Contudo, a afirmação de um rei sábio em Castela não pode nos levar a crer que este era o único paradigma ao qual se dedicava o discurso político de então. Os mesmos documentos que exortam o conhecimento e a justiça como características necessárias à realeza, também não deixam de evidenciar outros aspectos da ação régia.

O envolvimento em sangrentos conflitos armados constituiu um elemento constante em boa parte da história do reino. Estas marcas são perceptíveis não apenas nos tratados políticos e na grande profusão de referências à guerra na legislação, mas também nos modelos idealizados de governantes que são apresentados pelas obras históricas para inspirar a ação dos monarcas que sucederiam o rei sábio⁹. Mais do que

8. E têm muito no coração o dano e a destruição que ele [o rei] e a cristandade receberam em batalha[...] porque assim como foi grande demais a soberba, a destruição e a desonra que [o rei] ali recebeu, que assim tivesse ele cuidado para realizar uma grande reparação dos inimigos renegados da cruz, os quais assim o fizeram, e louvando à Deus e graças o sua mercê assim se cumpriu. (*Primera Crónica General*. Volume II p.692- 693.c.1013. Tradução livre).

9. A Segunda Partida dedica dois títulos às guerras e outros aos cavaleiros, peões, guardas, besteiros, lançeiros e outros soldados que não integravam a nobreza, mas eram indispensáveis em tempos de conflito.

uma nova imagem ou requisito, a sabedoria em muitos momentos é mostrada como uma qualidade complementar à liderança dos chefes militares. Vimos, no capítulo anterior, que a memória dos reis guerreiros desempenhou um importante papel na afirmação da legitimidade da realeza castelhana baixo-medieval.

Grande parte destas passagens encontra-se na literatura cronística do período. Individualmente, a sabedoria dos homens (e principalmente dos líderes) é retratada nestas crônicas como um misto de força e talento para a arte de governar e guerrear. Reis míticos da antiguidade greco-romana apresentados no relato são descritos como homens sábios porque capazes tanto de conquistar territórios por meios militares, como de mantê-los, administrá-los e povoá-los, fazendo-os prosperar. Este é o caso da história do mítico rei Espan, que não só conseguiu conquistar a Espanha, como a povoou e fez em suas terras “lauoras maravillosas” (*Primera Crónica General de Espana*. Volume 1. cap. 9. p. 11).

Esta representação dos reis da antiguidade como bons administradores revela mais um paralelo em relação à realidade enfrentada pelas monarquias do século XIII. Não só no reino de Castela de Afonso X, mas em outras regiões da Europa vemos um progressivo movimento pelo qual os príncipes passam a se comportar mais como chefes estadistas do que como líderes guerreiros. Em face de uma conjuntura na qual o soberano se via diante de uma vasta amplitude de terras para povoar e para administrar, tal como no reino castelhano no início do governo do rei sábio, a figura de um “rei útil” emerge como uma realidade necessária à instituição monárquica (LE GOFF, 2002, p. 407).

Em Castela, este modelo ideal de realeza é percebido como aquele que consegue congrega tanto as condições do sábio, como a boa educação, o gosto pela música, pelas leis e pelas letras, como as funções do soldado, ou seja, o êxito no campo de batalha, o bom manejo das armas, a desenvoltura ao cavalgar, os valores da cavalaria cristã. Ao retratar Júlio César, a crônica enfoca especificamente nestes dois conjuntos de virtudes:

Fue Julio Cesar uno de los mejores caualleros del mundo; nunca fue omne que mas batallas uenciesse que ell, ni que mas matasse enemigos (...) E pero on todo aquesto nunca Julio Cesar tantas batallas ouo nin tantos embragos, ni ouo tanto de ueer que dexasse de leer ni de estudiar noche ni dia, et de aprender muy de coraçõ, de guisa que tanto apriso en griego et en latin, que fue ffilosopho. Nunca fue ninguno que mas ayna escriuiesse que ell, ni que mas ayna leyesse. E escriuiendo quatro escriuanos quanto mas escreuir podien, dicto ell uma uez quatro epistolas em uno, em muy frefmosos latines, et auondolos a todos quanto escrevir pudieron. E demas sabie bien uersificar, et uersificaua muy frefmoso et much ayna.¹⁰

(*Segunda Partida*. Títulos XXIII e XXIV).

10 Foi Júlio César um dos maiores cavaleiros do mundo; nunca houve homem que nas batalhas venesse ele, nem que matasse mais inimigos[...] e mesmo com tudo isso, nunca houve batalhas nem embargos, nem houveram coisas a serem vistas que fizeram com que Júlio César deixasse de ler e de estudar dia e noite, e aprendia com muita vontade, e aprendia tanto em latim como em grego, e foi filósofo. Nunca houve ninguém que com mais vontade escrevesse nem que lia com mais vontade que ele. E escrevendo com quatro notários para que assim pudesse escrever mais, ditou ele uma vez quatro epístolas seguidas em um latim muito primoroso, registrando tudo quanto pudesse escrever. E também sabia rimar e escrevia rimas muito bonitas com muita eficiência. (*Primera Crónica General de Espana*. Volume 1. cap. 117. p. 94. Tradução livre).

Difícil não reparar nas semelhanças entre o imperador romano e o príncipe de Castela. A atenção dada ao amor ao estudo – a ponto de transformá-lo em um filósofo – aliada ao apreço que cultivava pela escrita e pela música, nos leva a pensar se o personagem retratado não é Afonso X ao invés do general romano. Mas a descrição deste governante perfeito não se limita às suas qualidades intelectuais. Júlio César também é mostrado como o um dos melhores cavaleiros de seu tempo, o homem que ganhou mais batalhas do que qualquer outro. Percebemos nesta passagem como a guerra e a sabedoria se unem para construir o governante ideal. A escolha de Júlio César para personificar tal figura não se dá ao acaso. Suas proezas militares e o feito de unificar um império dividido aproximavam-se muito da própria conjuntura pela qual passava o reino castelhano nos tempos do Rei Sábio.

O recurso de valer-se da imagem dos imperadores romanos para apresentar esta realeza multifacetada – e que beirava a perfeição – não se limitou à figura de Júlio César. Outros líderes militares da antiga Roma foram lembrados tanto por suas virtudes intelectuais quanto pela habilidade guerreira.

Vespasiano (69 d. C. – 79 d. C.), imperador que sucedeu a Nero, é retratado como bom administrador, pois teria reconstruído diversas cidades assoladas pelas guerras de seus antecessores. A crônica ainda lhe atribui um primeiro incentivo ao trabalho intelectual sob o patrocínio da própria corte imperial.

Muchas cibdades que fueron destroidas por todas las tierras del mundo (...) refizlo las todas muy mejor de lo que ant era; ouo muy grand sabor de mantener las artes de los saberes e de las refazer, assi que el fue el primero que puso la camara dell emperador cient marcos por cadanno a cada uno de los maestros que leyen y rectorica em griego et en latin, e otrossi a los gramatigos et a los otros maestros daua les muy grand algo por que mostrassen em Roma de sus artes.¹¹

Sucessor de Vespasiano, Tito é mostrado como sendo aquele que conseguiu alcançar um perfeito equilíbrio no manejo das armas e das letras.

Era omne de muy grand fuerça, et de tan buena memoria que no auie par. Era muy sutil a marauilla porá aprender de toda arte, quiere de batalla, quier de paz; et muy sabidor de armas et de caualgar; assi que numqua se combatio cauallero com el a que firiesse de lança, que le no matasse o lo no derribasse del cauallo en tierra (...). E era muy letrado em griego et em latin, quier em fablar et mostrar um pleyto em qualquier lengua dellas, quier em fazer libros de qual natura sel antoiasse. E otrossi sabie algo en musica, de manera que cantaua alegrementre et com cordura. Em toda manera de caualleria era maestro acabado.¹²

11. Muitas cidades que foram destruídas por todas as terras do mundo[...] reconstruiu todas de forma muito melhor do que eram antes; e houve muita estima em preservar as artes dos saberes e das refazer. Assim, foi ele que colocou primeiro sob a arrecadação do imperador [a quantia de] cem marcos por cada ano a cada um dos mestres de leitura e retórica em grego e em latim, e também o fez aos gramáticos e aos outros mestres lhes dava muita coisa para que mostrassem em Roma as suas artes. (*Primera Crónica General de Espana*. volume 1. cap. 185. p. 137. Tradução livre).

12. Era homem de força muito grande e também de boa memória que não havia igual. Era muito inclinado à maravilha de aprender todo tipo de arte, quer seja de batalha, que seja de paz, e era muito conhecedor das armas e de equitação, tanto que nunca houve um cavaleiro que tenha lutado com ele que ele não matasse ou tenha derrubado sobre a terra[...] e era muito letrado em grego e em latim, tanto no simples

Ainda sob o governo do rei sábio a guerra não deixou de ser concebida como um importante cenário para a valorização das virtudes régias, principalmente das virtudes cristãs. Na documentação cronística, percebemos como grande parte dos mil cento e trinta e cinco capítulos da *Primera Crónica General* são dedicados às narrativas de batalhas ambientadas na antiguidade, no período da dominação romana na Península Ibérica, do reino Visigodo, e na expansão dos reinos de Castela e Leão. Esta lógica guerreira da crônica teve continuidade mesmo quando Sancho IV assumiu a redação final do documento, valorizando as últimas incursões militares feitas em terras andaluzas, descritas com grande riqueza de detalhes. Desta maneira, a guerra não cessava de povoar o cotidiano e o imaginário dos homens da Península Ibérica do século XIII.

Fossem os reis guerreiros, sábios ou mesmo ambos, seus cognomes não obliteravam aquela que era a mais importante das imagens atribuídas à realeza. Tanto o rei da cultura quanto o rei das armas deveriam demonstrar certo comportamento esperado. Estas expectativas não eram nutridas apenas pelas camadas mais humildes da população, mas por boa parte da sociedade. Em uma sociedade fortemente marcada pela religião, tal como era a sociedade castelhana do século XIII, era esperado que o governante se mostrasse como o mais virtuoso de toda a comunidade. O rei da comunidade cristã castelhana precisava ser um rei cristão.

Realeza e aristocracia guerreira

A presença de elementos comuns à cultura dos homens de armas se mostra fartamente presente não apenas nos registros da história do reino, mas em diversas outras obras produzidas no governo de Afonso X. Além da sociedade castelhana do século XIII ter se constituído como uma sociedade marcada pelo combate e pelos conflitos militares, em incontáveis casos o apoio da aristocracia guerreira definiu as principais disputas nas quais se envolveu a monarquia.

A produção do discurso acerca da realeza guerreira não supõe uma atitude unilateral ou mesmo uma imposição dos monarcas aos seus súditos. Precisamos lembrar que o poder desses reis não derivava apenas do controle ou da utilização de certos instrumentos de coerção ou de regulação social. Manifestava-se dialeticamente, mediante uma demanda por determinadas atitudes que partia da própria população, expectativas estas que eram nutridas em relação a esse ícone da autoridade e que precisavam ser respeitadas.

As percepções ou imagens que os indivíduos ou grupos sociais faziam tanto do poder como do seu representante contribuíam para determinar o seu comportamento no contexto em que se expressava a sua autoridade (STOPPINO, 2004, p. 937). Não só o detentor do poder é constrangido pelas expectativas em relação ao seu comportamento, mas também as demais pessoas submetidas à sua autoridade. Muito daquelas imagens revelavam características do próprio meio social do qual seus promotores eram oriundos. Os governantes de um estado envolvido em constantes lutas povoavam o imaginário típico dos guerreiros. Nada mais cabível para um rei, cuja história do território esteve perenemente mergulhada em disputas armadas, do que ter associado à sua pessoa o falar quanto na apresentação de pleitos em qualquer língua destas, também conhecia muitos livros de qualquer natureza que houvesse. E ainda, sabia algo de música de maneira que cantava alegremente e com beleza. E em todos os assuntos de cavalaria, era um mestre completo (*Primera Crónica General*. Volume I. cap. 186. p. 138. Tradução livre).

código de comportamento daquela parcela da sociedade responsável pelos combates armados, especialmente quando estas normas comportamentais e estes valores se difundiam por boa parte da coletividade de seu reino.

Nas próprias compilações legislativas já era possível perceber que era dever dos soberanos saber manejar as armas. Convinha que fossem conhecedores do modo de viver da cavalaria, para que assim pudessem amparar o seu rebanho e conquistar seus algozes.

Aprender deue el rey otras maneras (...) ca em fecho de Caualleria conuiene que fea fabidor, para poder mejor amparar lo fuio, e conquerirlo de los enemigos. E porende deue faber caualgar bien, e apueftamente, e vfar toda manera de armas, tambien de aquellas que há de vefrir para guardar fu cuerpo (...) E de las que fon para lidiar, afi como la lança, e la efpada, ha de fer muy mañoso para ferir com ellas.¹³

As virtudes da cavalaria – a coragem, a força e a cortesia – passam também a fazer parte do repertório de qualidades que se procurava associar aos reis castelhanos. No decorrer do século XIII, as crônicas castelhanas foram largamente utilizadas pela literatura régia para ressaltar os valores que os reis e os guerreiros deveriam possuir. Georges Duby nos mostrou que a ética entre os cavaleiros da Idade Média pedia que os combates entre estes fossem empregados de forma justa e direta (DUBY, 1995, p.119).

Seguindo esta lógica, temos o um momento da crônica quando o rei castelhano, que era fartamente retratado como um guerreiro honrado, nega-se a utilizar qualquer tipo de subterfúgios para vencer suas batalhas, enfrentando seus inimigos abertamente.

Em um dos relatos de suas batalhas, o monarca recusa veementemente um plano de atrair as tropas muçulmanas para uma armadilha. Tal atitude se deu em função de que o estratagema envolveria uma simulação de fuga por parte das tropas cristãs, atitude esta que o governante terminantemente abominava, não admitindo que nem os inimigos nem os seus aliados pensassem que ele cogitava uma debandada.

Fizzo assi el noble don Alffonso [VIII] rey de Castiella, et dixo: “si este conseio fuere tenido por bueno et tomado em buena parte, pero trae periglo consigo: ca el pueblo et los otros que lo non ouieren prouado, quando uieren tornar atrás, non judgaran que batalla ymos buscar, ms que fomos de la batalla” [...] Non conuiene de tirarse nin de asconderse de la vista de los enemigos, mas aun que ueyendolo ellos et non nos pudiendo embargar nin estoruar nin nos tener danno, que podriemos uenir al logar conuinient a la batalla.¹⁴

13. O rei deve aprender outras técnicas (...) pois para o feito da cavalaria convêm que ele seja bom conhecedor para que, assim, possa melhor amparar aquilo que é seu e conquistar seus inimigos. E sendo assim, deve saber cavalgar bem e de maneira correta, bem como usar todos os tipos de armas, assim como aquelas [armaduras] que deve vestir para guardar o seu corpo (...) e as [armas] que servem para a batalha, a lança e a espada, precisa ser muito habilidoso para ferir come elas. (*Segunda Partida*, título V, lei.XIX. Tradução livre).

14. Fez assim o nobre rei dom Afonso [VIII] rei de Castela, e disse: “se este conselho fosse considerado bom seria e levado a cabo, mas traz perigo consigo, pois o povo o os demais que não o ouviram, quando virem que recuamos, não irão achar que fomos batalhar, mas sim que fugimos da batalha” [...] não convêm que se retirem nem que se escondam da vista dos inimigos, mas sim que eles vejam que não podem embargar não podem nos estorvar, nem nos fazer dano, e que poderíamos ir ao lugar conveniente na batalha. (*Primera Crónica General*. Vol.II. cap.1016. p. 698. Tradução Livre).

Desta forma, a coragem era ressaltada como um atributo imprescindível à figura régia. Governantes continuavam a ser retratados como um homem que não temia ser morto em batalha. Lançavam-se com ferocidade sobre seus inimigos:

Entonces, dixo el noble rey de cabo al arçobispo: “arçobispo, aqui mueramos, ca tal muerte conuiene a nos;”[...] Entonces, el noble rey don Alffonso, non demudada por ello la cara ni su loçano gesto, nin demudada la palabra, parosse esforçado et firme, como fuerte varon armado, et como leon sin espanto; ca porá morir o pora uençer firme estaua.¹⁵

Adicionalmente à coragem, destacava-se o empenho e a postura infatigável que estes homens ilustres demonstravam durante o combate. O próprio cronista justifica a prolixidade de suas referências alegando que os reis não paravam de conquistar e batalhar (*Primera Crónica General*.vol II. cap.1023. p.706). Só mesmo grandes adversidades, como a fome e a carestia, dilapidados os mantimentos ao longo de sucessivas e ininterruptas campanhas militares, seriam capazes de refrear o ímpeto de continuar a expandir o território Como chefe militar, viver com armas à mão era o preço da própria existência como rei.

Mesmo no desempenho de suas atribuições régias percebe-se uma lógica belicosa no que tange a aplicabilidade de suas funções. Tal lógica se expressa ao observarmos quais eram as noções de justiça e de paz que Castela do período de “Reconquista” definia nesta documentação. Em episódio retratado na crônica, o rei castelhano realiza a justiça executando sumariamente os criminosos que encontra em seu caminho. De igual maneira, o soberano resolve contendas menores e aplica a justiça também com base na força das armas, sem hesitar em derramar sangue

Desde el rey don Fernando [...] salio de Burgos et començo a andar por la tierra fazendo muy grant jutícia et castigando su tierra et perdonandola bien, ca era muy mester. Et el rey fazendo esto, fallo y muchos querellosos, et endereçoilos bien ante ende saliese, et mato y muchos malfechores. (*Primera Crónica General*. vol. II. cap. 1061. p.742).

A paz, por conseguinte, era alcançada uma vez que as terras do reino encontravam-se livres do medo que a insegurança transmitia. Insegurança suscitada tanto pelos contestadores da autoridade central como pelos inimigos da fé cristã. Os governantes castelhanos e leoneses são mostrados dedicando boa parte de suas vidas aos campos militares e aos cercos de cidades inimigas. As qualidades atribuídas à estes homens estão em consonância com os valores da cavalaria expostos acima, com o diferencial que, na figura régia, tais virtudes mostram-se mais fortes e mais marcantes.

A força destes reis é constantemente mostrada através de grandes atos de violência e destruição contra seus adversários. A destruição das cidades que não se submetiam a sua autoridade era tanta que “não lhes sobrava coisa alguma de pé por de trás de suas portas” (*Primera Crónica General*. vol. II. cap. 1063.p.743).

15. Então, disse o nobre rei em resposta ao arcebispo: “arcebispo, aqui morreremos si tal morte convêm a nós” [...] então o nobre rei dom Afonso, não alterando suas feições, nem seus graciosos gestos, nem alterando suas palavras, parou de forma rígida e firme, como forte homem armado, e como um leão sem espanto, para morrer ou para vencer firme estava. (*Primera Crónica General*. Vol II. cap.1019. p.702. tradução livre).

Mais do que em qualquer outro lugar, a península seria o principal espaço dentro do qual o próprio monarca se beneficiaria de seu renome. Assim como os cristãos o conheciam, seus adversários também escutavam os feitos de suas conquistas e temiam a força de seu exército. Em algumas passagens de suas crônicas, vemos que a mera visão do rei nos campos de batalha provoca pânico e fuga entre os exércitos inimigos. “Et outro dia de grant mannana el rey don Fernando amanescio com ellos, et los morros quando vieron que era y el rey, touieronse por perdidos et salieron luego a el con pleytesia”.¹⁶

O que está em jogo aqui não é uma discussão sobre a veracidade de tais fatos, mas a ressonância que nos permite entrever: a figura do rei era familiar a ambos as facções em combate. A perspectiva de combater um exército que havia conquistado tantas vitórias, de certo potencializava a imagem do rei combatente entre os guerreiros muçulmanos.

O discurso político do século XIII não se resumia apenas a enaltecer os atos de violência. Como exemplo de combatente armado, o monarca deveria cultivar, na mesma medida, o exercício de outras qualidades necessárias tanto ao *ordo* militar quanto aos governantes. Afonso X, em suas *Siete Partidas*, lembrava que os reis devem possuir quatro virtudes para governar o mundo temporal:

Cordura es la primera de las quatro virtudes que há el rey muchó menester, para biuir em efte mundo bien derechaente. Ca ehta faze ver las cofas, e judgarlas ciertamente (...) la fegunda virtud es Temperança, ca ehta es cosa que faze al hombre biuir derechaente, nin cambiando nin ufando las cosas mas do que lo cumple fu natura. La tercera es Fortaleza de coraçon. Ca ehta faze el ome amar el bien, e fegirlo, e aborrefer el mal, puñando fempre em lo desfazer. La quarta virtud es Jufticia, e es madre de todo el bien, e en ella caben todas las otras, ayuntando los coraçones de los omes, faze que fean afsi como uma cola, para biuir derechaente, fegund mandamiento de Dios, departiendo e dando a cada vno fu derecho¹⁷.

Voltemo-nos por um instante para a temperança ou sobriedade de julgamento. Nem o rei ou mesmo os guerreiros podiam se entregar à violência desregradamente, pois como já vimos este comportamento não era adequado aos seguidores de Cristo. A história dos antigos reis de Castela, anteriores ao tempo de Fernando III, é utilizada como exemplos de soberanos que souberam pôr as armas de lado e usar a diplomacia. Em um destes momentos, destaca-se o episódio em que o rei Sancho III, na iminência de guerrear com seu irmão o rei Fernando II de Leão propõe um acordo que pudesse selar a paz entre ambos e poupar-lhes um embate direto¹⁸.

16. E outro dia de grande manhã, o rei Don Fernando amanheceu com eles, e os mouros quando viram que estava ali o rei, momaram-se por perdidos e saíram logo e se renderam. (*Primera Crónica General*. vol. II. c.1063. p. 743. Tradução Livre).

17. Prudência é a primeira das quatro virtudes que o rei deve muito cultivar para viver neste mundo de forma apropriada. Pois ela faz ver as coisas e os permite julgar corretamente [...] a segunda virtude é a temperança, pois esta é a coisa que permite os homens viver apropriadamente, sem mudar ou usar as coisas mais do que são necessárias. A terceira é a força do coração. Pois esta faz o homem amar o bem e segui-lo, e lutar contra o mal, procurando sempre o desfazer. A quarta virtude é a justiça, e é a mãe de todo o bem, e nela cabem todas as outras [virtudes], unindo os corações dos homens, fazendo com que sejam unidos em unísono, para viver corretamente segundo a vontade de Deus, repartindo e concedendo a cada um [aquilo que é] seu por direito. (*Segunda Partida*. Título V. lei VIII. Tradução livre).

18. (*Primera Crónica General*. Vol.II. cap. 986. p.666).

A honestidade e o cumprimento da palavra dada são atributos igualmente retratados nas narrativas de vida de Fernando III. Valores igualmente próprios da cavalaria (DUBY, 1995, p.118), a palavra do rei é mantida mesmo quando este faz alguma concessão ao seu inimigo.

Na medida em que estes reis guerreiros eram apresentados como modelos de bons governantes, havia no mesmo sentido histórias de reis que poderiam servir como exemplos de governantes ruins. Estes “maus exemplos” guardavam os vícios e fraquezas que os homens de armas procuravam afastar de si, como covardia perante o combate ou a cobiça dos tesouros pilhados ou ganhos.

Geralmente, os governantes islâmicos são retratados de forma inversamente proporcional aos monarcas da cristandade. Uma vez que os defensores da cruz de Cristo são mostrados como homens valorosos e honrados, seus algozes, por outro lado, aparecem como covardes e traidores da pior espécie.

Um clima de constante desconfiança é apresentado como um elemento comum aos diversos estados islâmicos da península. No relato das crônicas é possível observar como as próprias alianças entre os soberanos muçulmanos eram desrespeitadas e como estes próprios não confiavam uns nos outros.

Mas a infidelidade não é o defeito mais grave ressaltado pelas crônicas castelhanas. Naquela sociedade guerreira não havia desonra maior do que a covardia em situações de combate e o abandono dos companheiros de armas em plena batalha. Os momentos mais emblemáticos da figuração negativa dos reis muçulmanos são quando estes se colocam em fuga para salvar suas próprias vidas, entregando-se ao medo. Desta forma, as crônicas mostravam os antagonistas dos monarcas cristãos como o avesso da honra cavaleiresca. O objetivo deste recurso retórico era claro: desacreditar o grupo adversário, cujo exército durante tanto tempo ameaçou os reinos cristãos do norte peninsular.

No tocante à cobiça, encaixavam-se neste quadro, de maneira um tanto constante, os soberanos cristãos que guardavam rivalidades históricas com os reis de Castela, tal como os monarcas de Navarra. Um deles, Sancho, conhecido como “o Bravo”, foi taxado de “valente das mãos e covarde da vontade” (*Primera Crónica General*. Vol.II.cap.1005. p.684).

Grande parte destas adjetivações se deve às alianças que os soberanos de Navarra, em especial o próprio Sancho citado acima. Ao retratar o rei de Navarra e seus aliados islâmicos, este tipo de aliança é abordado como um grave pecado, com o intuito claro de desmoralizar não só o governante, mas todo o reino rival. A mensagem era clara: a aliança com aqueles que eram considerados inimigos da fé poderia fazer com que os monarcas ficassem carregados de bens, mas desprovidos de suas possessões e de sua honra.

A cobiça, tanto dos reis quanto dos homens, mostra-se como uma outra fraqueza presente especialmente após as batalhas. Neste momento, muitos homens, como aves de rapina, se lançam sobre os corpos dos seus inimigos vencidos buscando despojar-lhes de seus bens mais preciosos. A busca por estas riquezas fazia parte das demandas daqueles homens que prestavam o “serviço militar” – constituindo em alguns casos a parte essencial de sua renda – e seriam poucos os que não lançavam mão de tal prática. É possível destacar as inúmeras tentativas da Igreja para afastar um pensamento

tão mundano da cavalaria que lutava pelos desígnios de Deus. Na *Primera Crónica General*, o arcebispo de Toledo ameaçou de excomunhão a todos que se rendessem a tais modalidades de enriquecimento. Não obstante, apenas os guerreiros mais ricos e abastados (ou os *mayores omnes*) ficaram isentos de tal ato, guardando assim sua honra e sua nobreza, para “non se abaxar a tales cosas”.

Et tantas cosas de los alaraues yazien em el campo, que aduir podien los omnes tomar la metade; et quien robar quiso, muchas cosas fallo y que tomasse e leuasse, conuiene a saber: oro et plata, vestiduras preçiadadas et ropas de casa, ropa de seda muchas e nobles, et mucho otros affeytos, et todas estas cosas por la mayor parte ouieron los peones et los caualeros de Aragon, ca los mayores omnes que auien ell amor de la fe et guardauan la onrra de la ley et se querien dar por libres et non se abaxar a tales cosas, et guardaran sus noblezas, desdennando todas estas cosas [...] porque el arçobispo de Toledo deuedara et descomulgara el dia dantes a todos aquellos que em la dexassen de matar et crebantar los enemigos, et se metiessen a tomar ninguna cosa dell campo , fasta que toda la batalla fuesse librada.¹⁹

De maneira análoga, o rei de Castela constituía-se mais uma vez como um exemplo alheio a tais fraquezas, principalmente a da cobiça, sem nunca dar vazão aos vícios da carne. Conforme apontava o costume, o soberano dividia igualmente o butim de guerra com todos os soldados, nunca separando qualquer parte mais valiosa para si mesmo.

Cabe agora empreender uma breve reflexão acerca dos objetivos almejados pela documentação oficial do século XIII (ou pelos mandantes de sua execução) ao apresentar desta maneira estes personagens históricos. Tanto empenho, por parte dos cronistas, em ressaltar as qualidades de seus regentes decorre, antes de mais, da própria conjuntura política interna do reino. Conforme vimos nos capítulos anteriores, o poder central viu-se diante de duas revoltas nobiliárquicas apenas durante o governo de Afonso X. Tais revoltas expuseram o grau de desgaste existente na relação entre o governante e seus vassallos diretos, situação esta que levou a monarquia a desenvolver múltiplos instrumentos retóricos que tentassem resgatar a cadeia hierárquica onde os condes e duques deveriam estar submetidos à vontade do seu rei através dos laços de subordinação pessoal.

As representações que ressaltam os aspectos guerreiros da monarquia desempenham neste sentido um importante papel. Ao valorizar um tipo específico de virtude e comportamento atribuía-se ao soberano uma singular notoriedade, fazendo com que ele se destacasse perante os demais senhores locais. Com isso, o exercício do seu poder estaria respaldado por toda uma tradição de lutas religiosas empreendidas desde antigos tempos, por todos os homens que detinham a dignidade régia.

19. E tantas coisas dos árabes jazia no campo que os homens podiam pegar a metade delas, e quem quis roubar, muitas coisas haviam para tomar e levar, convêm saber: ouro e prata, vestidos preciosos e roupas de casa, muitas roupas de seda nobre e muitos outros artigos , e a maior parte de todas as coisas pegaram os peões e os cavaleiros de Aragão, mas os maiores homens que haviam amor pela fé, guardaram a honra da lei [de Cristo] e se queriam dar por livres e não se rebaixar a tais coisas, e mantiveram sua nobreza, desdenhando de todas estas coisas [...] por que o arcebispo de Toledo deserdara e excomungara no dia anterior todos aqueles que deixassem de matar e de destruir os inimigos, e se colocassem a tomar coisas do campo até que toda a batalha fosse encerrada. *Primera Crónica General*. Vol.II.cap.1020.p.704. Tradução Livre.

Fundamentada em símbolos próprios da cultura local, esta faceta da realeza apresentava uma série de pontos recorrentes para a construção de imagens dos atores políticos: seus reis possuíam um temperamento marcante, tinham a seu favor toda uma conjuntura histórica e tomavam parte (ou criavam) acontecimentos importantes.

A estratégia do discurso não passava apenas pela enumeração dos predicados dos seus atores políticos. Sua importância para esta pesquisa é mais profunda do que o significado das palavras que o qualificavam. Estava na forma como os homens, em especial o rei, eram apresentados. Ao associá-lo ao mundo dos guerreiros e das suas virtudes, percebemos que a instituição régia não concebia uma separação estrita entre o seu representante máximo, o rei, e o segmento aristocrático ao qual era incumbida a função de proteger a sociedade. Tanto o governante como os homens que muitas vezes desafiaram a sua autoridade ao longo do século XIII partilhavam dos mesmos valores e viam-se como membros da mesma classe.

No caso do rei Afonso X e os nobres de seu reino, o antagonismo que muitas vezes levou a realeza e a elite senhorial a lutar uma contra a outra não pode ser compreendido como um fator completamente anômalo a esta dinâmica. Munidos dos ideais de Reconquista e de Cruzada, os reis de Castela começaram a projetar sobre si, em pleno século XIII, uma aura que procurava lhes conceder uma inigualável proeminência em relação aos demais monarcas cristãos.

A própria crônica indica que a função da figura régia apontava para a guerra e para a defesa do território como algumas de suas principais incumbências, utilizando a cruzada contra os inimigos da fé cristã como construção mental que tinha por finalidade aglutinar toda a heterogênea população do recém unificado reino de Castela e Leão na luta contra um inimigo comum, liderados por seu augusto soberano. Precisamos lembrar que o poder desses reis não derivava apenas do controle ou da utilização de certos instrumentos de coerção ou de regulação social. Manifestava-se, dialeticamente, uma demanda por determinadas atitudes que partia da própria população, expectativas nutridas em relação a esse ícone da autoridade que precisavam ser respeitadas.

Referências

- BARBERO, Abílio; VIGIL, Marcelo. *Sobre las Orígenes Sociales de la Reconquista*. Barcelona: Ariel, 1974.
- _____. *La Formación del Feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.
- BREA, Luis Charlo (Ed.). *Chronica latina regum Castellae*. In: *Chronica hispana saeculi XIII, Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis, LXXIII*. Turnout: Brepols, 1997, p.7-118.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- GARCIA DE CORTÁZAR, José Ângelo. *La época medieval*. In: ARTOLA, Miguel (Org.). *Historia de España*. Volumen 2. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques ; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. 2. São Paulo: EDUSC, 2002.

LOPEZ, Gregorio (Ed.). *Las Siete Partidas del Sábio Rey don Alfonso*. Barcelona: Consejo Real de las Indias de S.M., 1843. Disponível em: <http://bib.us.es/guiaspormaterias/ayuda_invest/derecho/pixelegis.htm>. Consultado em: abril de 2012.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (Ed.); SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz; PÉREZ, José Gómez (Col.). *Primera Crónica General de España que mandó componer Alonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos, 1955. 2 vols.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro. O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII. In: *e-Spania* 13, junho de 2012. Disponível em: <e-spania.revues.org/21084>. Consultado em: 10 de abr. 2010.

MITRE, Emilio. *La España Medieval: sociedades, estados, culturas*. Madrid: Ediciones ISTMO, s/d.

MONTALVO, Alonso Dias de (Ed.). *El Fuero Real de Espana*. Madrid: Real Compañía de Impresores y Libreros del Reyno, 1791. Disponível em: <<http://books.google.com/>>. Consultado em: fev. 2012. [Citado como Fuero Real, seguido pelo número do livro, o número do título e pelo número da lei em algarismos romanos].

NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla* (siglos XIII-XVI). Madrid: Eudema, 1987.

ORDÓÑES, Inés Fernandez. De la historiografía fernandina a la alfonsí. In: *Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes*, n. 3, (2002-2003), p. 93.

PROCTER, Evelyn. *Alfonso X of Castile, patron of literature and learning*. Oxford: Clarendon, 1951, p. 47.

REY, Emma Falque, *Lucas Tudensis, Chronicon mundi, Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis LXXIV*. Turnhout: Brepols, 2003.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C. *Orígenes de la Nación Española. El reino de Asturias*. Instituto de Estudios Asturianos. Oviedo: 1972,1974,1975. 3 vols.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCHI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004. Vol. 2.

VALVERDE, Juan Fernández (Ed.). *Rodrigo Jiménez De Rada, Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.